

ATA Nº. 03/14DEZ2017 - Mandato 2017/2021

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE.-----

No dia catorze de dezembro do ano dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de dezembro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

- Ponto 1 Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 19 de agosto a 4 de dezembro de 2017;
- Ponto 2 Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar no ano de 2018;
- Ponto 3 Apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2018;
- Ponto 4 Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2018;
- Ponto 5 Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018;
- Ponto 6 Apreciação e votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2018;
- Ponto 7 Apreciação e votação da autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2018.
- Ponto 8 Aquisição de serviços de vigilância e segurança nos edifícios municipais - Autorização de compromisso plurianual

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pela Primeira secretária Fernanda Cravo em substituição do Presidente, Fernando Maria, por este se encontrar doente, pela segunda secretária Margarida São Marcos, que passa a exercer funções de primeira secretária, foi chamada a executar as funções de segunda secretária, a membro Teresa Alves.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Eduardo Conde, Marcos Ré, Sara Pinho, Fátima Teles, Sérgio Lopes e Tiago Lourenço.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pela Presidente da Mesa, a segunda secretária, Teresa Alves, procedeu de imediato à chamada dos membros deste órgão. Rui Anjo, Manuel Soares em substituição de Cláudia Santos, Marisa Silva em substituição de Hugo Lacerda, Flor Agostinho, João Bernardo, António Pinho, Irene Ribau, João Roque, Ricardo Santos, Irene Ribau, Pedro Rosa Novo, Pedro Martins,

Eduardo Arvins em substituição de Fernando Maria, Domingas Loureiro, João Roque, Carla Madail, José Almeida, em substituição de Luís Leitão, André Guimarães, João Campolargo, Luís Diamantino, António Arvins, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e Augusto Rocha. ----

Período de intervenção do público, conforme os artigos 44º. e 45º. do Regimento, a Presidente da Mesa questiona o público presente nas galerias, para inscrições, o que não acontece.-----

Não havendo solicitações para uso da palavra, por parte do público a **Presidente da Mesa** anuncia a continuação dos trabalhos, informando que se vai dar início ao:-----

Presidente da Mesa anuncia o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, e informa que foram entregues à Mesa vários votos que serão transcritos, mas tendo sido enviados a todos via mail, é dispensada a sua leitura:-----

Pedro Martins: O membro expressa a sua opinião de que sendo uma inovação do actual Regimento, propõe a leitura nesta Reunião, para adaptação ao Regimento, dispensando-se a leitura a partir desta Sessão..-----

Presidente da Mesa: Aceite pela Assembleia a sugestão a 2ª. Secretária Teresa Alves procede a leitura dos votos:-----

Transcrição: -----

Voto de Louvor-----

Pelas conquistas de atletas do CASCI no 4º Campeonato Europa - Open de Atletismo Síndrome de Down-----

Os atletas, utentes do CASCI, Paulo Henriques, Ana Patrícia Novo e João Gregório conquistaram várias medalhas na 4ª edição do Campeonato da Europa – Open de Atletismo Síndrome de Down, evento desportivo para pessoas portadoras de Síndrome de Down, realizado em Vila Nova de Gaia, entre os dias 13 e 15 de Outubro do presente ano.-----

Paulo Miguel Henriques (Paulinho) conquistou a medalha de ouro nos 1500m - sagrando-se pela terceira vez como campeão europeu da distância; medalha de prata nos 800m e medalha de ouro na estafeta de 4x400m; Ana Patrícia Novo conquistou 4 medalhas de prata nas modalidades de lançamento do disco e do peso e nos 800 e 1500m Marcha; João Augusto Gregório conquistou a medalha de prata nos 1500m; medalha de bronze nos 800m e medalha de ouro na estafeta de 4x400m. -----

Considerando que os atletas em causa são exemplos maiores de dedicação ao desporto por parte das pessoas com deficiência, não esquecendo o papel central desempenhado pelo CASCI neste capítulo, que as conquistas dos atletas são relevantes para as modalidades e um motivo de orgulho para os ilhavenses, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ílhavo, reunida em sessão ordinária a 14 de Dezembro de 2017, aprove congratular os resultados obtidos por Paulo Henriques, Ana Patrícia Novo e João Gregório, enviando aos atletas uma mensagem de congratulação remetida por este órgão. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Todos os presentes pedem para subscrever o Voto, o que acontece. -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO-----

O passado fim de semana de 8 a 10 de dezembro, será recordado como um momento histórico na vida do Clube da Associação de Pais da Gafanha da Encarnação (CAPGE), uma vez que a sua atleta Ana Filipa Veiga conquistou duas medalhas, no âmbito das provas do Campeonato Nacional de Natação de Júniores e Seniores, realizado no Porto. -----

Para além de ser a primeira atleta a conseguir revalidar o seu título de VICE-CAMPEÃ NACIONAL na modalidade de 50m bruços, conseguiu juntar a esta medalha de prata, a de bronze conquistada no estilo de 200m bruços, bem como na prova de 100m bruços granjeou um brilhante 5º lugar, para além de ter participado na prova de 100m estilos onde alcançou a 13.ª posição. -----

Igualmente se deve valorizar a grande prestação do atleta júnior Andrei Iulian Zinca que marcando presença nas provas de costas (100m e 200m) conseguiu duas finais, conquistando a 6.ª posição na prova mais longa e alcançando o 10.º lugar na distância de 100 metros, na senda dos seus anteriores desempenhos nos dez Campeonatos Nacionais antecedentes em que sempre se posicionou no Top10 Nacional, tendo já na sua carreira uma medalha de bronze obtida na prova de 200m costas, na categoria Juvenil. -----

Reconhecendo a qualidade do trabalho, da competência, da dedicação e o mérito destes atletas, da sua equipa técnica e do Clube a que pertencem, a Assembleia Municipal de Ílhavo aprova o presente voto de congratulação aos atletas Ana Filipa Veiga e Andrei Iulian Zinca, testemunhando o seu apreço pelo notável trabalho que todos desenvolveram para alcançar mais estas medalhas em campeonatos nacionais, bem como os percursos desportivos de excelência que também honram e engrandecem o Município de Ílhavo. Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017. -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo.-----

Todos os presentes pedem para subscrever o Voto, o que acontece. -----

VOTO DE PESAR-----

Pelo falecimento de Eduardo Raposo Rodrigues de Sousa conhecido como “Atita”-----

O senhor Eduardo Raposo Rodrigues de Sousa, mais conhecido por “Atita”, cidadão exemplar, professor e animador de natação prestigiado e defensor dos valores de cidadania. -----

Era uma pessoa autêntica, altruísta e simples que gostava de ensinar e nadar na Ria e no Mar deste Concelho. -----

Deu aulas de natação para todos, durante a época balnear entre 1955-1968, nas antigas praias da “Biarritz” e “San Sebastian” como eram conhecidas na Costa Nova e Barra respectivamente e a onde fazia férias para poder ensinar a nadar. -----

Retomou esta actividade, a partir de 1981, após ter regressado dos Estados Unidos e que manteve até este ultimo período balnear na praia da Barra junto ao Farol. -----

Ao longo de décadas ensinou a nadar, mais de de 250 pessoas por época balnear, atraídas pela sua personalidade amigável e carismática. -----

Foi um cidadão, empenhado na dinamização do “Banho do Ano”, na praia do Farol, onde iniciou o grupo “Os magníficos”. -----

Salvou muitas vidas, aqui no Concelho e não só. -----

Recebeu várias condecorações pelo seu percurso de vida dedicado à comunidade, nomeadamente:-----

- Medalha de prata de Socorros a Náufragos-----

- Medalha de Mérito Municipal (Câmara Municipal de Aveiro) -----

- Grã Cruz da Ordem do Mérito Civil-----

Pelo seu percurso, exemplo de vida e altruísmo propõe-se que a Assembleia Municipal delibere.-----

1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Raposo Rodrigues de Sousa:--

2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.-----
Ílhavo, 14 de novembro de 2017-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Todos os presentes pedem para subscrever o Voto, o que acontece. -----

VOTO DE PESAR-----

Jaime da Naia Sardo nasceu em Aveiro no dia 26/03/1931, cidade em cujo hospital viria a falecer no dia 8 de setembro de 2017. -----

Desde cedo revelou o seu espírito lutador, tendo trabalhado, ainda jovem, na Metalurgia “Fundição Aveirense de Paula Dias e Filhos Lda.”, decidiu continuar a estudar e, enquanto trabalhador-estudante na Escola Industrial e Comercial de Aveiro (então designada Escola Industrial Fernando Caldeira), foi convidado para aí dar aulas de "Trabalhos Manuais", dado o seu talento e aptidão para as Artes, particularmente desenho e marcenaria. -----

Depois de viver longos anos em Angola, instala-se em Ílhavo, onde viria a residir por mais de 40 anos, tendo desempenhado a sua atividade profissional na “COPENAVE- Cooperativa Abastecedora de Navios, CRL”, na Gafanha da Nazaré, até à sua aposentação definitiva. -----

Homem frontal e forte nas suas convicções, filiou-se no CDS, Partido onde chegou a Presidente da Concelhia e dirigente distrital, tendo estado na Assembleia Municipal de Ílhavo durante vários mandatos, lugar onde sempre exprimiu convictamente as suas ideias, dizendo o que pensava e não o que os Partidos políticos queriam, sempre em defesa dos interesses do nosso Concelho e das nossas diversificadas Associações, pelas quais sempre procurou pugnar pelo seu crescimento e afirmação.-----

Jaime da Naia Sardo foi um autarca intenso e construtivo, sendo recordado com amizade e consideração por quem com ele conviveu e trabalhou, nomeadamente pelos antigos presidentes e autarcas da Câmara Municipal de Ílhavo, que o definiam como um homem íntegro, verdadeiro e convicto, que fez amigos dos vários quadrantes políticos, através da partilha positiva da sua vida, como um homem com ideias próprias e independente. -----

Pelo seu percurso profissional, exemplo de vida e pela sua amizade aos Ilhavenses e a Ílhavo, propõe-se a esta Assembleia: -----

- Que aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Jaime da Naia Sardo;-----
- Que apresente à sua família o seu mais profundo pesar pela perda inesperada e irreparável deste seu familiar. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo.-----

Todos os presentes pedem para subscrever o Voto, o que acontece. -----

Voto de Pesar-----

Faleceu no dia 15 de Novembro, com 85 anos, o empresário ilhavense Manuel Ferreira Caçoilo, personalidade incontornável e gestor reconhecido como uma referência do mundo empresarial, no panorama Concelhio e Distrital. -----

Ao longo da sua atividade profissional foi fundador, sócio-gerente e contribuinte ativo no desenvolvimento de diversas empresas de vários ramos de atividade, designadamente a Santana & Ferreira, Lda., Sofopel, Lda. Ilhamar, Lda. e Sacarema, Lda., e em especial, pela sua importância no tecido empresarial da região, a Materágua, Lda., empresa pioneira e vanguardista na área da aquacultura, responsável por múltiplos postos de trabalho e por diversificados estudos científicos, que contribuíram de forma relevante para o dinamismo industrial do Concelho de Ílhavo. -----

Igualmente foi sócio e dirigente da Caixa Geral de Crédito Agrícola Mutuo do Baixo Vouga, e sempre esteve disponível para apoiar o Grupo Desportivo da Gafanha da Nazaré, o Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré, bem como a paróquia da Gafanha da Nazaré, sendo – lhe reconhecido o trabalho desenvolvido na ajuda e consolidação destas instituições, para além de patrocinar muitos dos eventos levados a efeito pelas várias Associações e Coletividades de Ílhavo, sintomático do seu percurso de vida, permanentemente caracterizado por um elevado sentido cívico. -----

A nível político exerceu o cargo de membro da Assembleia Municipal de Ílhavo, no mandato de 1980 - 1983, tendo pugnado por prestigiar o Poder Local democrático, sendo merecedor do reconhecimento da população Ilhavense pela sua participação ativa na defesa do crescimento e desenvolvimento do Município. -----

Pelo seu percurso profissional caracterizado pelo seu empreendedorismo inovador na implementação de investimentos significativos na nossa terra, fomentadores do desenvolvimento do Concelho, e pelo seu exemplo de vida na ajuda à comunidade através das Associações que apoiou, propõe-se a esta Assembleia: -----

- Que aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Ferreira Caçoilo;-----
- Que apresente à sua família, em especial ao seu filho Fernando Fidalgo Caçoilo, as mais sentidas condolências. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

Partido Social Democrata (PSD) -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo.-----

Todos os presentes pedem para subscrever o Voto, o que acontece. -----

VOTO DE PESAR-----

No passado dia 26 de novembro de 2017, com apenas 48 anos de idade, faleceu Sérgio Miguel Almeida Santiago, na freguesia de S. Salvador. -----

Ao longo da sua existência, em especial no período de 1990 a 1998 destacou-se como agente ativo na política local, quer como dirigente associativo da Juventude Social Democrática, quer como autarca da Assembleia Municipal de Ílhavo, eleito nas listas do Partido Social Democrata, pelo período de dois mandatos consecutivos. -----

Na qualidade de autarca exerceu a sua atividade com reconhecida disponibilidade, dedicação e competência, contribuindo dessa forma para a sensibilização de muitos jovens para a política e para o desenvolvimento do nosso Concelho, reflexo de uma pessoa interessada e de máxima entrega às causas na altura em discussão, sabendo ouvir as pessoas e procurando encontrar sempre as melhores soluções para a resolução dos problemas existentes, através de intervenções justas e defensoras dos interesses do Concelho. -----

Sérgio Santiago foi sem dúvida, um servidor da causa Democrática no nosso Concelho, tanto na sua qualidade de Autarca, como na sua postura como Cidadão interveniente na sociedade, sempre na defesa das causas em que acreditava, sendo disso exemplo a sua participação cívica como dirigente associativo e de membro dos órgãos sociais da juventude da Paróquia de Ílhavo. -----

As suas inegáveis qualidades de liderança e capacidade de trabalho fizeram com que se notabilizasse nas diversas áreas em que interveio, sempre de forma abnegada e empenhada. -----

Por tudo isto, os membros da desta Assembleia Municipal de Ílhavo, propõem que: -----

- Se aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Sérgio Miguel Almeida Santiago;-----
- Se apresente à sua família as mais sentidas condolências; -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo.-----

Todos os presentes pedem para subscrever o Voto, o que acontece.-----

Presidente da mesa: Coloca a aceitação e votação os votos: A Assembleia delibera a sua aceitação e é **Votada a concordância por unanimidade.**-----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para intervenções neste período:-----

1ª Intervenção dos membros:-----

Ricardo Santos: O BE analisou todo o pacote fiscal que vai estar em análise e concluiu que alguma coisa melhorou.. Curiosamente até revêem algumas das medidas que o Bloco propôs. Diz acreditar que há margem para a redução fiscal, que é demasiado pesada para os agregados familiares, mesmo tendo em conta a aparente melhoria do país. Verificou também que não estão previstas melhorias em equipamentos que delas necessitam, nomeadamente as piscinas municipais e a escola secundária de Ílhavo. O estudo da rede de transportes é muito importante e necessário que seja concluído.-----

Pedro Martins: Realça uma noticia de cariz politico. O Plano de Ação do Litoral, a Ria de Aveiro foi esquecida pelos últimos Governos e não houve qualquer investimento. Foi agora anunciado o Plano de Protecção da Costa. É urgente e uma necessidade imperiosa esta protecção, que tem anunciado o montante de investimento de 60 milhões de euros para a costa, sendo que o município de Ílhavo tem atribuída uma fatia de 7,5 milhões de euros. O desassoreamento da Ria uma necessidade absoluta, que não acontece há 20 anos. O reforço do cordão dunar de Ílhavo e de Mira tem previsto um investimento de 2,5 milhões de euros. E em Aveiro 1,5 milhões de euros. Há ainda a promessa do Ministro do Ambiente de que esta protecção é para continuar, finalmente temos vontade politica para a concretização.-----

João Roque: Afirma que na época de Natal, a iluminação dos espaços públicos é importante. Contudo considera insuficiente, para chamar mais atenção para o comércio local, suger animação. Os comerciantes não terão pelos seus meios condição para inovar, mas sim com o apoio do Município.-----

Hugo Coelho: O Membro começa por saudar a mesa que é agradavelmente composta por 3 senhoras e lamenta o internamento hospitalar do Presidente, desejando rápida recuperação. Faz referência ao caso Raríssimas, afirmando que não pretende falar em nomes envolvidos, mas não pode deixar de lamentar a situação. Afirma ter estado ligado a IPSs diversos anos, onde lutaram com enormes dificuldades para gerir pequenos orçamentos e procuravam fazer de tudo com o pouco dinheiro que tinham. Custa ver numa causa tão nobre “Doenças Raras” aplicar montantes em proveito próprio, na ordem que a imprensa noticia. Sauda a criação de uma nova Associação, “O Movimento de cidadãos da Gafanha da Encarnação e Carmo”. A Imprensa faz eco de noticias sobre as refeições que se servem às crianças em idade escolar, que não é sequer a melhor, quanto mais, a ideal, não sendo um problema recente, mas muito preocupante, precisa de medidas definitivas.-----

Flor Agostinho: Referindo as eleições autárquicas cita “no dia 1 de Outubro como tem acontecido ao longo do ultimo 4º. de século a população de Ílhavo, voltou a dar ao PSD o seu voto de confiança”. Como forma de manifestar o seu agrado confiou ao PSD 5 maiorias absolutas, concedendo-lhe o direito de gerir a Câmara e Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Encarnação e Carmo. “Conscientes da responsabilidade que nos é imputada saberemos pugnar pela defesa dos nossos conterrâneos numa ambiência de diálogo aberto com todas as forças politicas, salvaguardamos que esta responsabilidade, pressupõe o respeito e educação entre todos os eleitos. O programa eleitoral do PSD

será o Farol ao longo dos próximos 4 anos. Aceitamos contudo de bom grado as alterações que porventura possam decorrer pelo aparecimento de novas oportunidades que possam surgir e sejam favoráveis ao Município. Desejamos a todos trabalho profícuo em prol do desenvolvimento do Município”. Finaliza manifestando apreço pelas notícias veiculadas pelo Pedro Martins, desejando ver em breve as obras no terreno, para o bem de todos. -----
Pergunta ao Presidente o que sabe sobre descentralização. -----

António Pinho: Inicia a sua intervenção falando na descentralização, apelidando de um clássico, embora desta vez os autarcas manifestam mais exigências. Fala nos trágicos incêndios que assolaram o país e chegaram muito perto de nós! A mata da Colónia Agrícola está muito suja. Referindo o caso Raríssimas, já aqui focado, afirma que estas questões precisam de descentralização, para melhor fiscalização. Diz ter tomado conhecimento do orçamento para a Assembleia Municipal de Lisboa, quando nós na oposição temos o pouco tempo que temos para analisar documentos. Salienta, que um assessor na Assembleia Municipal de Lisboa, a tempo inteiro auferir de avença 3.152€ mais IVA por mês. O apoio à Assembleia são 20.600€ 00 por mês, algo parecido com a nossa AMI. Por um candidato à Câmara, durante o ultimo período eleitoral, a título de conselho, foi dito em publico, que não se deve votar em branco, porque em S.Salvador esses votos foram utilizados. Pergunta se de facto há conhecimento que isso tenha acontecido.

Presidente da Mesa: Terminadas as intervenções dá a palavra ao Presidente da Câmara para as habituais respostas. -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: -----

Presidente da Câmara: Começa por cumprimentar a mesa composta pelo ramalhete de um cravo e duas margaridas. O Prof. Fernando Maria teve uma recaída e esta internado no hospital desejamos as melhoras. -----

Sobre a intervenção do Ricardo vai responder no ponto da Ordem do Dia, na questão fiscal e rede de transportes. Quanto à Escola Secundária é competência do Governo, que estará à espera que a Câmara Municipal receba estes presentes envenenados dentro da descentralização. -----

Ao membro Pedro Martins diz que este Plano de Ação do Litoral foi feito em 2014, pelo Prof. Filipe Duarte Santos, tem muitos anos. Estamos na 3ª fase do plano de desassoreamento da Ria. Não foi feito pelo Governo, mas sim pela Polis com fundos comunitários. A Ria abandonada em termos de desassoreamento estamos de acordo, é um processo com avanços e recuos, teve fundos aprovados mas com a situação do país, mais uma vez ficou no papel. Tenho duvidas acerca do avanço do Plano, está em execução o Estudo do Impacto Ambiental e penso que é transversal a muitos Governos e para fazer em anos. O que vai ser feito é um canal navegável de 50 mts de largura. -----

Ao membro Roque diz que podemos fazer sempre mais. É necessário que os comerciantes sejam parte ativa, a Câmara tem tentado promover uma Associação Comercial a nível do Município, julgamos que se defenderiam melhor, tem havido resistência. -----

Ao membro Hugo diz que as IPSs são muito importantes, mas será que não há uma competição entre elas? Isso não é bom e o país gasta milhões, não é um problema simples. -----

Ao membro António Pinho, e sobre o orçamento disponibilizado para a Assembleia Municipal de Lisboa, é demonstrativo das diferenças entre a Capital e o resto do país, mesmo levando em consideração a dimensão. No que respeita a limpeza das matas o Governo fala em 50 milhões para ajudar as autarquias, só pode ser brincadeira. São 308 Municípios, dividam e verifiquem em média o número ridículo por Município. -----

O Congresso da ANMP foi um congresso chocho. A ANMP está muito politizada, não foi fácil. Foram apresentadas 3 pastas importantes. A descentralização, a Lei das Finanças Locais e os Fundos Comunitários. No que respeita a Lei das Finanças Locais o Governo apresentou uma proposta de Finanças Locais, cuja aplicação só se irá materializar em 2023! Como sabemos a Lei das Finanças Locais

elencas com a descentralização. Todos querem a descentralização, os autarcas não vão receber presentes envenenados. Penso que a descentralização vai ser um processo difícil doloroso e sem prazo quantificado. A título de exemplo, a Escola Secundária de Ílhavo, tem um orçamento estimado em 1,2 milhões de euros, para recuperação. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 2ª. ronda de inscrições: -----

2ª Intervenção dos membros: -----

Pedro Martins: Referindo a intervenção do Hugo Coelho, diz não dever a AMI antecipar às acções inspetivas para extrair daí as devidas consequências. Imputar responsabilidades de falta de inspeção a um Presidente da Assembleia Geral é ridículo, não lhe compete, como se sabe. Afirmo que há muita passividade nas IPSs e é necessária mais fiscalização em todos os sectores, nomeadamente o sector social. Referindo os valores da Assembleia de Lisboa, diz que todos os partidos votaram a favor é a democracia e desejava que todas as Assembleias tivessem mais meios. -----
Esclarece que a referencia ao desassoreamento é de realçar, que o investimento vai ser realizado em 2018 e por este Governo palavra dada é honrada. -----

Presidente da Mesa: Informa que está esgotado o tempo previsto para o Período antes da Ordem do Dia, descontando ainda o tempo de leitura dos votos, o que significa que este período já vai longo, submete à consideração da Assembleia o prolongamento: -----

Delirado o seu prolongamento a Presidente da Mesa dá a palavra a: -----

João Roque: sublinha este, que o excelente trabalho da Junta de Freguesia de S. Salvador foi premiado pela população com a maior subida de votos nestas eleições. Salienta ainda, o excelente resultado obtido pelo PS na Gafanha da Encarnação, também aqui neste órgão se regista uma subida. As oposições têm sempre falta de meios, porque não são profissionais da política. Ao Presidente da Câmara sobre a criação de uma Associação de Comerciantes, regista alguma inércia ou então desconfiança destes! -----

Hugo Coelho: Afirmo que não queria e não falou em pessoas ou fiscalizações apenas as dificuldades de tantas IPSs e a estranheza das notícias que vêm a público, com uma IPSs que gasta imenso dinheiro.-----

Presidente da Mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara, para as habituais respostas: -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: -----

Presidente da Câmara: Informa António Pinho que não houve qualquer problema com votos nas eleições anteriores. Eles foram homologados pela Mesa de apuramento, onde estão os nomeados sem qualquer apontamento. Ao membro João Roque diz que é especialista em vitórias morais, anda farto de ganhar eleições! Há muitos anos que as listas onde tem concorrido não ganha eleições mas a sua moral está alta, ainda bem. -----

Presidente da Mesa: Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, anuncia o inicio do Período da Ordem do Dia com a leitura do Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 19 de agosto a 4 de dezembro de 2017. Dá a palavra ao Presidente da Câmara para introdução: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: O espaço de tempo entre a última Assembleia e esta foi rico em atividades extra Câmara, campanha eleitoral, Verão, mas a Câmara não parou. Aqui está espelhado o resumo do que muito fizemos. Sendo esta a Primeira Sessão, entendemos que dos processos judiciais em curso consta informação detalhada. A seguir passará a ser atualizada. Mantém disponibilidade para o que entenderem querer saber: -----

Presidente da mesa abre inscrições para: -----

2ª Intervenção dos membros: -----

Carla Madail: Pergunta porque a Câmara ainda não cumpre a obrigação de fazer as esterilizações no Canil Municipal? -----

João Roque: Diz que se assiste a alguns abates de árvores pelo Município que lhe parece não ter justificação. Na Alameda Prior Sardo, foram abatidas árvores jovens e deixadas outras já muito antigas. Na Rua dos Álamos árvores com carácter histórico foram abatidas indiscriminadamente. Pensa ter faltado informação ao público. Enaltece a Biblioteca Municipal e a Terra Nova pelo projecto ao som das histórias, É um bom exemplo de algum trabalho interessante. Outro projeto que poucas pessoas aproveitaram foi a Comunidade de leitores. -----

Hugo Coelho: Refere que o Parque da Ciência e Inovação com o evento que promoveu teve oportunidade de mostrar as vantagens das Novas Tecnologias e Inovação. Salienta a escritura da reversão do antigo quartel dos Bombeiros de Ílhavo, não pela escritura em si, mas sim pelo que está para lá previsto. -----

André Guimarães: O verão é um período normalmente apelidado de *silly season*, em que propicia mais distrações. Especialmente este com o período pré-eleitoral e eleitoral que se lhe seguiu, o relatório de atividade municipal reça o que de muito relevante se foi fazendo. Ílhavo é o único EcoMunicípio de Portugal Continental: As escolas e agrupamentos do nosso concelho foram consideradas EcoEscolas e EcoAgrupamentos, no âmbito do Projeto Nacional de Educação Ambiental Eco Escolas. É o único concelho, que dispõe de uma cobertura total e de elevada qualidade no que toca à promoção da educação ambiental, um pilar estratégico do nosso Município refletido nesta distinção. No dia 27 de outubro, a Biblioteca Municipal de Ílhavo arrecadou o prémio Boas Práticas em Bibliotecas Públicas Municipais, entregue pelas mãos do Ministro da Cultura, pelo projeto “Ao som das histórias”, uma biblioteca que se envolve com a Comunidade. -----

Reparem que a Biblioteca Municipal de Ílhavo é, neste momento, a única biblioteca municipal com um makerspace – lançado no passado dia 17 de Novembro, um espaço de promoção da criatividade e da educação não formal, de acesso gratuito. A Câmara Municipal de Ílhavo é uma entidade empregadora inclusiva: O Instituto de Emprego e Formação Profissional reconhece a Câmara de Ílhavo enquanto uma das 11 instituições vencedoras, no meio de quase de uma centena, que se distingue pela boas práticas de inclusão de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade. Outro prémio – Menção Honrosa em Boas práticas de envelhecimento ativo e saudável – atribuído pela CCDR-C à Câmara Municipal de Ílhavo, pelo excelente e meritório trabalho desenvolvido pelo Movimento Maior na promoção da saúde entre a população idosa do nosso concelho. Não salienta, nem de obras, nem estruturas, e nem equipamentos – Finaliza, a sublinhar que Ílhavo é, pela segunda vez consecutiva, uma Autarquia Familiarmente Responsável

Faz parte do grupo de 61 Municípios, no conjunto de 308 existentes em Portugal, que é meritoriamente reconhecida e assinalada pelas suas políticas dirigidas às famílias. Mais uma vez, estamos perante um reconhecimento de uma entidade externa – o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis que reconhece boas políticas de apoio a melhor qualidade de vida dos cidadãos. Terá contribuído o Plano Municipal de Apoio à Família que a Câmara Municipal tem vindo a implementar e que se traduz em ganhos consideráveis para as famílias ilhavenses. Face a tantos prémios, menções e reconhecimentos, realça o papel central e crucial que a Câmara Municipal de Ílhavo tem exercido com vista a uma maior aproximação e capacitação da comunidade. -----

Presidente da Mesa; Dá a palavra ao Presidente da Câmara para as habituais respostas: -----

Presidente da Câmara: A membro Carla Madail, informa que o canil tem +- 13 anos. No início teve êxito. Vivemos atualmente um tempo difícil em que as pessoas abandonam em grande quantidade animais à porta do canil, sendo este com dimensão limitada. Fizemos alguns concursos para apanha de animais e têm ficado desertos. A Lei é para cumprir e vamos cumprir. Denunciamos os acordos com os outros municípios porque não temos capacidade. O canil intermunicipal no âmbito da CIRA, virá ajudar a resolver o problema de forma global. -----

Presidente da Mesa; Sendo que os pontos 2, 3 e 4, se tratam de um pacote fiscal, coloca a aceitação dos membros a explicação dos três pontos, sendo a votação nominal: Aceite a sugestão a Presidente da Mesa coloca a apreciação os pontos: 2- Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis para vigorar no ano de 2018; 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2018; e 4 -Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2018. Dá a palavra ao Presidente da Câmara para a introdução: -----

1ª: Intervenção do presidente da Câmara: -----

Presidente da Câmara: Este pacote tem por base o entendimento do Plano e Orçamento da Câmara e a sua estrutura financeira. A receita é uma componente de extrema importância para a vida do Município e é constituída por 2 patamares. Um o Fundo de Equilíbrio Financeiro que representa para o nosso Município 11,8 % e o chamado Fundo Social Municipal que são 2% do nosso orçamento, arredondando a transferência do Estado cifra-se em 14%. A 2ª. parte da receita são os impostos locais: O IRS sendo uma transferência do Estado, não é uma transferência direta do Estado é pago pelos contribuintes. O IMI representa 27% no nosso orçamento, o IMT 4,5%, a derrama 2,3% o Imposto de selo 3%, os Resíduos sólidos 4% e depois o FEDER de apoios comunitários que é extremamente importante. Temos ainda dinheiro a receber do QCA. O espaço nos valores é curto e o caminho definido para este ano foi a continuação do ano anterior.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros-----

1ª intervenção dos membros-----

Flor Agostinho: Começa por afirmar que este pacote fiscal está devidamente fundamentado. O PSD apresentou-se às eleições com um projeto. A promessa que contém é que logo que a estrutura financeira o permita se reduzem os impostos. A população entendeu e subscreveu o

projeto. Este consta de continuar a fazer obras, oferecer serviços de qualidade e continuar a ganhar prémios e visibilidade. A população é consciente e votou na continuidade do bom trabalho que estava e está a ser feito. O que não se pode é prometer dois mundos e o exemplo é-nos dado pelo atual Governo: prometeu, prometeu e o que vemos é: problemas na saúde, com os professores, com os prometidos aumentos dos salários dos funcionários públicos etc. Alguns neste momento têm consciência que pode vir por aí alguma má notícia. Contudo, declara-se convencido que não é o demónio que aí vem, mas poderá vir algo pouco agradável. Temos, consciência e este pacote fiscal é fundamental para ter um Município que proporcione qualidade de vida aos seus munícipes. -----

Pedro Rosa Novo. Afirma que a aplicação dos impostos nas contas da Câmara, é clara e transparente, bem mais importante que baixar é saber aplicar, não existem taxas e taxinhas para promover disfarces. Considera muito ajustada a aplicação destes impostos, para a sustentabilidade e promoção do Município. -----

Hugo Coelho: Diz que é importante manter a receita sem a qual não se pode manter o nível elevado e a promoção turística de que beneficia hoje o Município. Para gerir com qualidade e manter a qualidade de vida é necessário manter as taxas, não há como já foi explicado nenhum aumento. As empresas não deixam de se instalar no Município pelo valor da derrama até porque só pagam se tiverem lucros superiores a 150.000 mil euros. -----

António Pinho: Manifesta apreço pela decisão de discutir o pacote fiscal em conjunto. Diz que depois de ter ouvido a explicação do Sr. Presidente e o PSD, quase que é de lamentar desperdiçar 0,75% no IMI. Se para ter obra e qualidade de vida tem de ser aplicada esta taxa, se, se aplicasse a taxa máxima o Céu seria o limite. Cita o Livro “Os Maias” para dizer que o “banqueiro Cohen dizia que os Governos vivem de impostos e de empréstimos e assim caminhamos alegremente para a banca rota”. Não está em causa a legitimidade eleitoral. Há municípios similares ao nosso em que se vive com qualidade de vida e notoriedade, não tendo taxa tão elevada. São opções e elas são diferentes. Apesar de não concordar com o 1º. Ministro, quando disse que este foi um ano saboroso, pensa que a Câmara teria margem para no caso do IMI e IRS, baixar.-----

Ricardo Santos: Diz que a redução empurrada pelo Governo não atinge a diminuição proposta pelo BE. Este imposto é pesado para as famílias e seria possível diminuir. Não apoiamos também a taxa do IRS. O cenário aqui espelhado é que o Município está melhor que nunca e esta situação não está espelhada na manutenção desta taxa. Em relação à derrama não há nenhuma inovação ao propor-se a isenção para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros. É importante para a dinamização da economia local. Não há também nenhum incentivo à captação de investimento local. Pensamos que poderia ter havido uma proposta não tão ambiciosa, para haver equilíbrio entre o investimento e a aplicação destas taxas. Termina com a afirmação que são importantes os prémios atribuídos nomeadamente a jovens, mas não deve ser essa a política que norteia, mas sim o aumento da qualidade de vida. -----

Pedro Martins: Declara que não há grandes novidades. Os argumentos de um lado e de outro soam sempre os mesmos. As Assembleias Municipais não fixam impostos, limita-se a fixar taxas. Ainda bem que assim é, senão isso sim, seria o Céu o limite... O PSD já nos habituou a

aplicar as taxas máximas dentro da Lei. Os impostos tem limites. O IMI é uma excelente vaca leiteira, nem é cobrado pela Câmara, é pago nas Finanças. Porque não utilizar o principio do utilizar/pagador. Não pedimos uma redução muito grande, mas porque não subir os bilhetes dos espetáculos. Certo que a Cultura tem de ser promovida. A Câmara pode implementar outras taxas, mas é mais fácil subir o IMI, ser cobrado pelas Finanças e chega aqui o cheque. É possível subir as taxas de urbanismo. Se tivessem sido feitos mais PP e seriam cobradas mais taxas. Em 2007 a cobrança do IMI cifrou-se em perto de 4 milhões de euros em 2017 para 2018 são quase 8 milhões. O problema é que o rendimento dos contribuintes não acompanhou esta subida de impostos. Pergunta quanto é que a Câmara recebia neste intervá-lo de anos do FEF? As pessoas não ligam a estas coisas, Pensam que é o Estado que fixa impostos e pronto. Se estivessem atentas à defesa que o Engº. Caçoilo fez das politicas dos dirigentes do PSD, sobre a subida de impostos e descida de salários, poderiam pensar melhor, ou não?... O PS acha que haveria margem para reduzir a taxa do IMI e do IRS. É esta a posição do PS. -----

Presidente da mesa; Informou durante a intervenção de Pedro Martins, que se tinha atingido a hora regimental e deixou à consideração da Assembleia prolongar até final dos assuntos em análise, o que foi aceite. Dá assim, a palavra ao Presidente da Câmara, para as habituais respostas: -----

2ª. Intervenção do presidente da Câmara

Presidente da Câmara: Ao membro Pedro Martins diz que nunca o PSD teve os impostos no máximo. Quem criou o IMI extraordinário e o IMI de vistas, não cabendo esta cobrança ao Município. Como dizia o António Pinho temos de gerir para não chegarmos à Banca Rota e não foi por acaso que esta Câmara saiu do Plano de Ajustamento Financeiro. Saiu porque cumpriu e ficou numa posição de sustentabilidade equilibrada e reduzimos a nossa dívida. Eu penso respeitando outras opiniões, que a dívida bancária do Município se deve cifrar em 5 milhões de euros. -----

Pedro Rosa Novo: A politica fiscal da Câmara onde se inclui o Regulamento da alteração de taxas do Município, é clara, não há impostos indiretos escondidos. Poder-se-ia baixar o IMI, fazer aqui um brilharete e depois criar outras taxas, há Municípios onde isso acontece. Todos sabem que para ter obras, boas praias, museus com qualidade e espetáculos bem como outras coisas, é preciso dinheiro. A sua opinião é que é muito ajustada a aplicação destas taxas, com a oferta de qualidade de vida e promoção Municipal. -----

Hugo Coelho: Apenas reitera que não há milagres e sem dinheiro não é possível manter a qualidade. O Município não é um dormitório, mas sim com identidade própria e para assim manter é preciso investir, da forma que se tem feito e se quer manter. -----

Pedro Martins: Esclarece que o quis explicar foi o equilíbrio financeiro. Ílhavo continua a ser dos Municípios do Distrito de Aveiro o que mais cobra de taxa de IMI. É uma matriz e um facto, não está em causa o esforço que o Município teve na recuperação da dívida, não há duvida. Foi uma herança do PSD. O que está em causa é ter sensibilidade fiscal para com os contribuintes e não olhar só para o lado da receita mas também da despesa. Lembra ainda que sem duvida a

Câmara já teve o IMI fixado no máximo. Na derrama o PS concorda com a proposta, embora continua a pedir melhoria dos espaços das Zonas Industriais. -----

Presidente da Mesa: Terminadas as intervenções vai colocar a votação, conforme acordado os pontos em separado: -----

VOTAÇÃO: Ponto 2 -Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar no ano de 2018. -----

Aprovado por maioria, com 11 votos contra do PS e do BE, 1 abstenção do CDS/PP e 13 votos a favor do PSD. -----

Á Mesa é entregue a declaração de voto que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO-----

Apreciação e votação da Proposta de IMI para 2018-----

Facto é que muitos dos habitantes do concelho da Ílhavo, na sua condição de proprietários, sofreram um brutal aumento do IMI, situação que já se refletiu nos valores pagos nos últimos anos.-----

Partindo dessa premissa, o Partido Socialista assumiu como compromisso eleitoral nas recentes eleições autárquicas a redução das taxas e impostos municipais, apresentando, com base nos dados disponíveis, uma proposta equilibrada, com vista a, por um lado, assegurar a estabilidade financeira do município e, por outro lado, ir ao encontro das legítimas pretensões dos munícipes. -----

Neste contexto, seria possível, a nosso ver, reduzir a taxa do IMI para 0,35%.-----

O município de Ílhavo não pode alhear-se da envolvente socio-económica dos seus munícipes e dos encargos suportados pelas famílias ilhavenses. Muitas delas adquiriram casa com recurso a crédito hipotecário, pelo que, às prestações ao banco e aos seguros associados ao empréstimo, soma-se ainda o IMI que a maioria PSD, insensível a esta realidade, sempre persistiu em manter a um nível alto.-----

Em defesa da redução da taxa há ainda a considerar que o crescimento das Receitas Correntes do Município, nos últimos anos, foi quase integralmente suportado pelas receitas dos Impostos Diretos – Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – que no próximo ano, na perspetiva da maioria que governa o município, corresponderá a uma parte bastante significativa das receitas correntes. -----

Ora, contrariamente às persistentes chamadas de atenção do PS, o Executivo Municipal, nos anos transatos, não teve minimamente em atenção os fatores que determinaram o crescimento real deste imposto, continuando Ílhavo a ser um dos concelhos do distrito de Aveiro que mais castiga os seus habitantes na aplicação deste imposto. -----

É certo que há um ano verificou-se uma redução da taxa, para 0,375%, mais por força das alterações que o Governo do PS e a maioria de esquerda fez aprovar ao código do IMI, do que por uma genuína vontade da maioria PSD em aliviar a carga fiscal sobre os munícipes. Esta maioria já nos habituou mais a olhar para a Tesouraria da autarquia do que para as legítimas expectativas dos munícipes ilhavenses. Há que inverter a perspetiva, sem esquecer os compromissos financeiros assumidos. -----

Está mais do que demonstrado que as receitas provenientes do IMI têm vindo a crescer progressivamente, e o próximo ano não será exceção, o que mais uma vez contraria a posição prudencial da maioria PSD. Tal facto permite-nos concluir que a opção por uma taxa mais baixa não comprometeria a receita da autarquia e a sua estabilidade financeira. -----

Além disso, os actuais compromissos financeiros assumidos pelo município não justificam tamanha arrecadação de receita, ao nível do IMI. -----

Pelo exposto, continuamos a entender que há sustentação financeira para a redução da taxa do IMI para os prédios urbanos, na casa dos 0,35%, de resto, em linha com a larga maioria dos municípios portugueses. Acresce que o histórico de arrecadação de receita de IMI no Município de Ílhavo, juntando-se-lhe os dados previsionais que nos são apresentados no Orçamento para 2018, são a prova de que é possível reduzir a taxa sem prejuízo para o equilíbrio orçamental da autarquia. -----

No que respeita ao “IMI Familiar”, saudamos a renovada proposta de redução das taxas para os imóveis destinados a habitação própria e permanente dos proprietários com dependentes a seu cargo, medida com a qual concordamos. -----

Não compreendemos a posição da maioria PSD sobre as alterações que o actual Governo introduziu nesta medida, as quais visaram uma maior justiça fiscal. -----

Dado que consideramos a redução da taxa de IMI um imperativo na diminuição do esforço fiscal dos ilhavenses, os membros do Partido Socialista votam Contra a proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2018. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, -----

VOTAÇÃO: Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2018. -----

Aprovado por maioria com 10 abstenções do PS e 15 votos a favor 1 do CDS/PP, 1 do BE, e 13 do PSD. -----

À Mesa é entregue a Declaração de voto que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO-----

Apreciação e votação da Proposta de Derrama para 2018-----

A proposta de Derrama para 2018 vem, em parte, ao encontro das medidas desde há muito preconizadas pelo Partido Socialista para este imposto municipal, nomeadamente, a isenção para as empresas que apresentem um volume de negócios anual inferior a € 150.000,00 e, bem assim, a isenção para as novas empresas que criem pelo menos cinco postos de trabalho, o que revela uma especial atenção dada às empresas de menor dimensão, diferenciando-as positivamente das demais, com vista a contribuir para a dinamização do nosso tecido empresarial. -----

Na verdade, ainda que esta não seja uma medida da estrita iniciativa da Câmara Municipal, mas sim alavancada pelo quadro legal existente, e já antes defendida pelos autarcas do Partido Socialista, certo é que valorizamos os benefícios que a proposta implica. -----

No entanto, a manutenção da Taxa Máxima de 1,5% de Derrama continua a merecer a nossa discordância. Com efeito, a opção pela taxa máxima de Derrama não é certamente um factor de atracção das empresas, para a sua instalação no concelho, ainda mais quando conjugada com o estado de degradação e desmazelo em que se encontram as nossas zonas industriais. -----

Além disso, a melhoria do clima económico, com o crescimento da economia, que actualmente se verifica, permitiria uma redução da taxa sem comprometer a receita do município. -----

Até porque há que reconhecer que a arrecadação de receita proveniente da Derrama não tem uma dimensão que a torne imprescindível para o equilíbrio orçamental da Câmara Municipal, pelo que seria desejável e possível uma diminuição da taxa. -----

Considerando o acima exposto mas acima de tudo valorizando a manutenção das isenções vigentes, os Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista optam pela Abstenção. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

**VOTAÇÃO: Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2018. -----
Aprovado por maioria com 12 votos contra do PS; do BE e do CDS/PP e 13 votos a favor do PSD. -----**

**À Mesa é entregue a seguinte declaração de voto que se transcreve; -----
DECLARAÇÃO DE VOTO-----**

Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2018-----

Ao propor a manutenção da participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares na sua taxa máxima de 5%, a maioria PSD da Câmara Municipal de Ílhavo volta a demonstrar a sua insensibilidade social para com as contribuintes ilhavenses. -----

Seria um sinal de boa política que o Executivo PSD na Câmara Municipal de Ílhavo alinhasse as suas opções de âmbito fiscal, incluindo esta participação variável no IRS, pelo desagravamento fiscal promovido pelo actual Governo do Partido Socialista, que tão boas provas tem dado, como factor determinante para o crescimento da economia. -----

O Executivo Municipal de maioria PSD, com esta proposta, continua a ignorar a importância da devolução de rendimentos às famílias ilhavenses, abdicando de uma ferramenta que pode muito bem usar para aliviar o peso dos impostos nos orçamentos familiares, com benefício para a nossa economia local, através do alívio nas taxas e impostos que cobra directamente aos ilhavenses. -----

O PS entende haver condições para, sem pôr em risco a estrutura financeira da autarquia, reduzir a Taxa de Participação do Município de Ílhavo no IRS para 4%, abdicando assim de 1% em favor dos munícipes, o que representaria um, ainda que ligeiro, alívio fiscal para os ilhavenses. -----

Pelos motivos expostos, os Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista votam contra a proposta apresentada. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2017-----

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, -----

E porque já está ultrapassada a hora de encerramento dos trabalhos, é esta reunião pela Presidente da Mesa dada por encerrada, pelas 01h36 minutos do dia 15 de dezembro do ano de 2017.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Margarida São Marcos, 1ª, Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com a Sr. Presidente da Mesa. -----

A Presidente da Mesa _____

A 1ª. Secretária _____

ESTA ATA FOI APROVADA NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 23 DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2018.